

*Lazer, prazer e dor
em Campina Grande
nas décadas de 1940-1950*

Antonio Clarindo Barbosa de Souza¹

RESUMO

O presente artigo faz parte de nossa tese de doutorado intitulada Lazer permitidos, prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Esta parte em especial trata dos festejos natalinos e das formas de convivências entre os populares e as elites nos momentos da festa e de suas disputas pelo espaço diversional. É importante a ressaltar no texto o entrecruzamento de fontes. Usamos aqui jornais diários, jornaizinhos de festas, depoimentos orais e depoimentos para periódicos, além de discursos dos processos-crime e mesmo revistas nacionais. Metodologicamente apresentamos casos exemplares da vida dos populares, discutimos teoricamente o lugar ocupado por estas pessoas nos discursos e buscamos detectar a importância dos momentos de lazer, prazer e dor em tais vidas.

Palavras-chave: lazer; prazer; Campina Grande.

RESUMEN

Este artículo es parte de nuestra tesis doctoral titulada: Lazer permitidos, prazeres prohibidos: sociedad, cultura y ocio em Campina Grande (1945-1965). Esta parte trata mui de las festividad de la Navidad y de las formas de convivencia entre los populares y de elite en tiempos de celebración y recreativas, de sus disputas por los espacios. Es importante resaltar en el texto, la imbricación de las fuentes. Aquí usamos los jornales diarios, los pequeños jornales de fiestas, las evidencias orales y testimonios de personas para magazines, y los discursos de las actuaciones penales. Metodológicamente, casos ejemplares actuales de la vida de las personas populares, discutimos teóricament el lugar que ocupan estas personas em los discursos y tratamos de detectar la importancia del ocio, del placer y del dolor em las vidas de los populares.

Keywords: ocio; placer; Campina Grande.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, atuando como professor dos cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, UFCG.

CRIME E CASTIGO

Último dia do ano de 1944. Fim das festas natalinas e das novenas para N. S. da Conceição. A cidade de Campina Grande estava em festa desde o último dia 24 de dezembro, apesar dos momentos difíceis que eram aqueles representados pelo fantasma da guerra (A METRALHA. 25.12.1944. nº 2)². A inovação daquele ano no Pátio da festa era um grande coreto para o povo, ficando o certame para a Banda de Música (A TESOURA. 25.12.1944. nº 2.p.3).³

As elites e o povo circulavam pela rua da Matriz, cada uma por um lado da rua, pois mesmo nos momentos de festa também era preciso manter as diferenças de status, de qualidade e dignidade. Enquanto as moças da alta sociedade serviam às mesas dos pavilhões centrais, os rapazes desfilavam com seus trajes vestimentas baseadas nos modelos das fitas hollywoodianas. Uns lépidos e faceiros como Gene Kelly e Fred Astaire; outros sérios e taciturnos como Clark Gable e Humphrey Bogart. Ambos os tipos esperançosos de conquistar um par romântico para fechar com chave de ouro aquela última noite do ano e de festejos. Do contrário, só no próximo ano!

O vai e vem incansável das pessoas no passeio que se estabelecia na rua da Matriz seguia um trajeto pré-determinado pelas autoridades civis e eclesiásticas. “Estendia-se a festa, desde a frente da Matriz até parte da rua Maciel Pinheiro, dobrando pela casa da esquina, que era a residência de Monsenhor Sales, e ia até a esquina da Simeão Leal” (MORAES, 1985).

Pela rua parcamente iluminada, que sempre era alvo dos chistes e brincadeiras dos jornaizinhos de festas, os caminhantes iam passando por entre barracas de prendas, palanques para as bandas de músicas e outras atrações populares como carrosséis, balanços e barquinhos que divertiam a meninada. O *footing* nem sempre era animado (A METRALHA. 27.12.1944. nº 4). Às vezes faltavam as moças que serviam de chamariz para os rapazes, por vezes faltava a banda de música. Mas os boêmios, estavam sempre lá, estendendo, até não mais poder, aquelas noites de festa.

A ornamentação da rua principal era geralmente branca, da mesma forma que o interior da Matriz, na qual salientavam-se as duas naves laterais, os corredores com as arcadas abertas para o corpo da Igreja, os altares principais e a espaçosa sacristia. Os altares laterais

² Este Jornal de festa circulou a partir de 1943.

³ Este Jornal circulou a partir de 1942.

eram em número de dezoito, distribuídos simetricamente pelo corpo da Igreja, afora o imponentíssimo altar-mór, cujo nicho guardava, na serenidade dos silêncios, a imagem encantadora e riquíssima de N.S. da Conceição, ladeada pelos vultos de dois abnegados religiosos, São Luiz Gonzaga e São Francisco de Assis.

Os altares da sagrada família e a pia batismal salientavam-se menos pela sua ornamentação do que pela pintura dos seus quadros. Os altares do Nosso Senhor e Nossa Senhora dos Mortos eram ricos e perfeitos. Os campinenses se orgulhavam de sua Matriz ser considerada um dos mais belos templos católicos da Paraíba. Em 1949, com a elevação de Campina à Diocese, a Matriz fôra transformada em Catedral.⁴

Algumas das memórias construídas sobre as festas natalinas nos contam que, tanto em sua parte religiosa quanto profana, elas tinham início no dia 23 de dezembro e se estendiam até os primeiros raios de sol do dia 1º de janeiro do ano entrante.

A Festa de Fim de Ano era um acontecimento. Ocorria na frente da Catedral. Naquele circuito tinha os pavilhões, onde a juventude marcava encontro com as namoradas. O ambiente, as barracas, os pavilhões eram servidos pelas moças da sociedade. Era uma coisa espetacular. O camarada tinha que ter a tal roupa de fim de ano. Olha, era muito bom! (DESIGN, 10.1995. p.37)⁵

A separação das classes sociais já era notada por alguns memorialistas enquanto para outros isto era um detalhe inexpressivo que não chegava a macular a beleza da festa.

A elite da cidade freqüentava os pavilhões localizados no centro da rua principal, aquém da Matriz, feitos a capricho, forrados de tábuas, cercado de gradis e bem cobertos com serviço de bufê e dezenas de mesas para servir bebidas e tira-gostos.

Ao lado do Palace Hotel (Grande Hotel), na rua da Matriz, soltavam balões, em intervalos, e estes subiam, dando colorido e graça à festa da Padroeira. Os fogos de artifício com os desenhos de sua pirotécnica, paralisavam toda a festa para assisti-los.

Afora as barracas de prendas e jogos havia pequenas toldas enfeitadas de papel de seda colorido, que vendiam cestinhas contendo bolinhos e doces que faziam a alegria da meninada.

Findo o passeio, os pavilhões iam se esvaziando e ficando desertos. Somente a bagaceira, como se chamava, ficava curtindo nas barracas da Lagoa de Roça, até alta da madrugada, onde os boêmios cantando suas serestas,

⁴ A revista informativa, citando o Anuário de Campina Grande de 1980.

⁵ Depoimento do Sr. José Tavares, representante comercial, 70 anos, concedido ao autor no dia 04.09.2000.

matavam a saudade dos amores, saboreando a cachaça com caju e abacaxi, cujo cheiro era característico do ambiente (MORAES, 1985).⁶

O povo participava de tudo, atraído pela alegria dos pavilhões ou ofertas dos bazares que, em fila eram montados do lado direito da Rua da Matriz (DESIGN. 10.1997. p.28-29.).⁷

Embora os dois depoimentos se refiram mais precisamente aos anos 20 e 30, e o primeiro memorialista insista em afirmar que: “Nunca se ouviu falar de assaltos e furtos” e que as brigas se reduziam a “bravatas ao calor das libações alcoólicas, por motivo de ciúmes” (Idem. p.43.) houve momentos, nas décadas seguintes, em que a harmonia da festa deu lugar a outras práticas, não registradas por tais memorialistas.

Naquele ano de 1944, houve uma noite dedicada aos militares. Uma homenagem aos “soldados que constituíam a defesa do Brasil em sua integral soberania”. Era uma forma daqueles soldados receberem “mais um irretorquível testemunho da admiração que lhes dedicavam as diversas classes sociais da cidade...A banda de música do 30º BC...abrilhantaria as solenidades executando seu variado repertório de músicas frevo” (A METRALHA. 28.12.1944. nº 5).

Apesar de todo o esforço para esquecer o conflito mundial, a festa daquele ano foi marcada pelas apreensões da guerra. Contudo, na última noite da festa, todos viram o novo ano chegar, com uma renovada esperança de que a guerra que se desenrolava a muitos quilômetros de distância acabasse logo e trouxesse de volta para casa os combatentes brasileiros que se encontravam na Itália lutando contra a “ameaça nazi-fascista”.

Todos, menos Estelita de Souza que naquela noite, mais ou menos por volta das vinte e uma horas, no pátio da Matriz, foi agredida por João Batista de Sousa, 34 quatro anos, brasileiro, casado, pai de quatro filhos, marceneiro, que, com uma faca peixeira desferiu-lhe vários golpes, em virtude dos quais, teve morte imediata.

A despeito de ser casado e ter quatro filhos João era amasiado com Estelita e ao chegar ao local da festa e vê-la acompanhada de outro homem, encheu-se de ciúmes. Enfurecido, lançou mão de uma faca peixeira que trazia oculta entre as roupas e golpeou-a seguidas vezes.

⁶ Há que se notar aqui que o depoimento do sr. Tavares se refere basicamente aos anos 40 e 50, enquanto que o do escritor MORAES, se reporta aos anos 20 e 30. Acreditamos todavia, que não houve muita mudança localização, distribuição das barracas e formas de circulação da pessoas pela área da festa, pois mesmo quando se refere aos anos 50 o sr. Tavares usa a mesma indicação de lugares e trajetos. Talvez os comportamentos das pessoas estivessem mudando.

⁷ Depoimento de D. Esmeraldina Agra Ramos (Passinha Agra) para a revista.

Domerina José Inácio, doméstica, solteira e alfabetizada, que trabalhava numa das barracas armadas do lado direito da Rua da Matriz, testemunhou que viu Estelita passar correndo, seguida por João que a espancava. Estelita teria caído logo depois na porta da barraca onde Domerina trabalhava. Já Santina Maria de Lima, afirmou em seu depoimento que não a socorreu porque o “criminoso” vinha logo atrás da vítima, armado de faca peixeira. O denunciado, praticado o crime, foi preso ainda com a arma na mão.⁸

A primeira pessoa a acercar-se da cena do crime foi Antonio Manoel Ferreira, cabo da Força Policial do Estado, que, estando a serviço no pátio da festa, disse ter percebido a vítima correndo, entrando numa barraca, tendo em seu encalço o acusado, que começou a esbofeteá-la. Ela, por sua vez, gritava que lhe acudissem, pois estava ferida e ensangüentada. Segundo o cabo, somente quando se aproximou do acusado é que percebeu que ele estava armado e que este, logo que o viu, largou a dita peixeira no chão, entre as barracas. Preso, o acusado foi levado para a Cadeia Pública enquanto Estelita foi transportada para o hospital, já sem vida, em consequência dos ferimentos recebidos.

Para Estelita não haveria mais Natal, nem Ano Bom, nem Carnaval. Os demais moradores da cidade, entre chocados e descrentes que aquilo pudesse ter ocorrido ali, no seu espaço de diversão coletiva, seguiriam suas vidas, divididos entre a faina estafante do trabalho diário⁹ e a alegria sempre estimulante de festa.

Para ela tudo tinha terminado ali. Naquela noite que deveria ser festiva. Acabara com seu vestido novo perpassado pela faca assassina. Acabara naquela noite em que seus olhos encontraram outros que não os de João. No exato momento em que as músicas e anúncios dos auto-falantes que proliferavam ao longo da avenida, numa contínua e perturbável confusão¹⁰, cessaram de chegar aos seus ouvidos. A vida e a história continuava para os outros. Para Estelita, não.

Naquela noite de Ano Bom, os caminhos de várias pessoas se cruzaram. O de João, o de Estelita, o do rapaz que estava com ela, o do cabo Antonio Manoel e o do cabo Otacílio Domingos Ferreira que conduziu João à cadeia. Em seu primeiro depoimento, oito dias depois do ocorrido, na presença do delegado José de Souza Arruda, o acusado disse que não se lembrava se o fato denunciado era verdadeiro ou não, que apenas lembrava que esteve no

⁸ Ação Criminal nº 2353, 1945; p.2 – contra José Batista de Sousa.

⁹ O Jornal O OIÃO – afirmava em sua edição de 28.12.1951, que estava saindo mais cedo “unicamente com o intuito de (atender) aos jovens empregados do comércio, a qual dispensamos toda nossa consideração, estes que após a lida insana do dia de trabalho, sentem-se indispostos de voltar ao passeio...” p.1

¹⁰ A LÍNGUA – 26.12.1950; p.1 – Segundo o editorialista, “aquele turbilhão de ruídos para nada servia em se tratando de dar à festa um pouco de melodia”, pois ele reclamava a volta da Filarmônica da Prefeitura à Festa.

local referido na denuncia e de mais nada. Talvez se João tivesse mais verve musical e não tivesse sido tão bem instruído por seu advogado, ele pudesse ter respondido, perguntando:

Você sabe o que ter um amor meu senhor? Ter loucura por uma mulher? E depois encontrar este amor, meu senhor? Nos braços de um outro qualquer? Você sabe o que ter um amor meu senhor? E por ele quase morrer? E depois encontrá-lo em um braço que nem um pedaço do seu pode ser. Há pessoas com nervos de aço, sem sangue nas veias e sem coração, mas não sei se passando o que eu passo, talvez não lhes venha qualquer reação. Eu não sei se o que trago no peito, é ciúme, despeito, amizade ou horror. Eu só sei é que quando a vejo, me dá um desejo de morte ou de dor.¹¹

João não poderia ter usado a letra desta canção para justificar o seu ato. Em primeiro lugar porque ela ainda não existia, pois só foi lançada em 1947 e mesmo que ela existisse e se adequasse perfeitamente ao seu caso, à justiça não interessam letras de canções, mas sim a letra dura da lei. Por isto, seu advogado, reconhecendo a autoria do crime, acrescentou em sua defesa que, obviamente, tratava-se de um crime passionnal, no qual, o indivíduo “impelido por um motivo íntimo, de caráter impulsivo, que o transformou num juguete do ódio e da paixão”¹² esfaqueou a sua amásia, mas que o mesmo devia ser perdoado pela sociedade, pois fora tomado de “violenta emoção”. Talvez, um “desejo de morte ou de dor”.

O Juiz do caso, sr. Antonio Gabínio da Costa, após ouvir as seis testemunhas, que não fizeram maiores acréscimos aos seus depoimentos anteriores, considerou que sendo “o flagrante a melhor das provas” e os motivos do crime fúteis, considerou o réu culpado e o mandou a julgamento, que deveria ocorrer em sete de fevereiro de 1945. Em 23 de fevereiro João assinou com letra tosca de semi-alfabetizado o libelo-crime acusatório e quatro dias depois... fugiu da cadeia pública. Talvez para brincar o Carnaval.

Apesar do caráter quase sempre singelo das descrições sobre os “velhos natais” de Campina Grande percebe-se, a partir do desenlace doloroso do caso de João e Estelita que, nem sempre os divertimentos públicos eram tão pacatos ou harmoniosos como poderiam parecer à primeira vista.

Os memorialistas que trabalham, sobretudo, com impressões que se fixaram em sua memória na época, matizadas por suas opiniões pessoais e por sua inserção numa sociedade

¹¹ Música ‘Nervos de Aço’, de Lupicínio Rodrigues, 1947.

¹² Da defesa prévia que o advogado elaborou em favor de João Batista de Sousa; Ação Criminal nº 2353, 1945;p.2 – contra José Batista de Sousa.

de classe, não davam atenção a este tipo de “arruaça”, que preferiam atribuir aos pobres ou aqueles desprovidos de regras de civilidade.

Já os jornais de festa não se preocupavam em noticiar este tipo de evento, preferindo promover votações para eleger a Rainha da Festa, a mais bela, a mais simpática e ainda a criança mais graciosa. Segundo uma memorialista, esses pleitos movimentavam demais as noites e a disputa era sempre bem difícil. No final, prêmios eram distribuídos às vencedoras, havendo na ocasião, belos e inflamados discursos de seus admiradores e patronos.¹³

Uma festa assim construída, elaborada, planejada e freqüentada pelas elites campinenses, ciosas de sua riqueza e poder, não poderia ser empanada pela prática de crimes passionais da “arraia miúda” que insistia em se digladiar ou esfaquear-se diante de todos, movida única e exclusivamente pelos impulsos do coração.

Para os jornais de festa que circulavam durante os nove dias de comemorações, e se constituíam nos olhos, ouvidos e bocas das elites, o que interessava eram os gracejos, as fofocas e os buchichos praticados por seus membros. Satirizar seus pares era também uma forma de chamar atenção sobre si mesmo, além de delinear um conjunto de regras de conduta que deveriam ser praticadas por todos, inclusive por aqueles que não faziam parte de tais elites. Os acontecimentos nos quais o “populacho” tomava parte deveriam ficar relegados às páginas policiais dos jornais ditos sérios ou aos autos dos processos crime. Os redatores destes jornais de festa tinham clareza sobre o que e para quem escreviam.

Não nos guardem rancor aqueles que foram vítimas da nossa afiadíssima língua, porque, afinal de contas jornal de festa é isso mesmo: vive às custas de vossas vidas. Afinal, tudo se passa na vida como se esse todo fosse parte da própria existência. E completa: Aparecer nas páginas dos jornais de festa é sinal de que se goza de conceito e popularidade, pois que interessa ao público os mexericos acerca da vida das pessoas perdidas no anonimato da existência? (A LÍNGUA. 01.01.1951. nº 9)¹⁴ [grifos nossos].

O “povo”, como é normalmente designado pelos memorialistas e por alguns cronistas da época, despertava a curiosidade dos abastados. Ou por seus trajes mal-ajambrados, amarrotados e confeccionados com tecidos de menor qualidade ou pelos seus modos pouco civilizados. Ia-se à festa não apenas para ser visto, mas também ver e se possível “mangar da feiúra dos outros!” (VENENO. 28.12.1944. p.2).

¹³ Depoimento de D.Esmeraldina Agra Ramos (Passinha Agra) para DESIGN – Revista Informativa; Campina Grande; Outubro-1997;p.28-29.

¹⁴ Último dia da festa.

Este “povo”, que aparentemente participava de tudo, não ousava entrar nos grandes Pavilhões que dominavam a festa. “Havia dois ou três pavilhões grandes: Deus e Caridade, Pedro I e Pavilhão dos Artistas”. A disputa entre o Azul e o Encarnado, todavia, era entre os pavilhões “Deus e Caridade” e o “Pedro I”, que, cada um a seu modo, procurava angariar fundos para suas obras assistenciais, sendo que o segundo pertencia à Maçonaria e revertia sua renda em prol do hospital do mesmo nome.

A partir das lembranças dos dois memorialistas é possível detectar a informação de que o “povo” ou público em geral não participava dos comes e bebes que as “formosas garçonetes, moças da nossa melhor sociedade” serviam aos convidados que pudessem pagar pelas “bebidas, doces e deliciosas iguarias preparadas pelas famílias locais” (Idem. p. 2).

A despeito de a construção memorialística chamar atenção para o fato de que “o respeito e a ordem imperavam nas solenidades, pois naquela época, todos praticamente se conheciam e nem as desavenças políticas prejudicavam a harmonia que reinava nos festejos” (Ibidem. p. 2), nem sempre os membros desta comportada elite se apresentavam como o desejado por este discurso. É bem verdade que tal discurso se refere basicamente aos anos 20 e 30, mas a própria inexatidão da expressão “naquela época”, faz perceber a construção de um passado mítico, onde teria reinado o respeito e a ordem, tão desejado pelas elites locais. Diferentemente, os anos 40, 50 e 60, seriam marcados por outros valores, costumes e práticas.

Uma pessoa ou grupo pode fazer uma leitura do mundo (entendido aqui como a sociedade ou comunidade que lhe é mais próxima) a partir de um conjunto de valores que é compartilhado com os de sua mesma classe social e mesmo com algumas pessoas das outras classes. Os relatos memorialísticos anteriormente apresentados nos informam como seus autores viam o seu mundo, como queriam compreendê-lo e como precisavam defini-lo, deixando aos seus pôsteres uma imagem, ainda que parcial, de como foi aquele mundo.

A irrupção de certos indivíduos em cena com o corpo ensangüentado ou uma faca na mão não se coaduna com a harmonia do quadro tão bem elaborado pelos cronistas. Todavia, isto não quer dizer que as suas versões da realidade sejam inferiores ou menores do que as retratadas nos processos crime. Ambas são construções discursivas sobre uma dada realidade histórica que não pode mais ser reconstituída enquanto tal. O importante em ambos os relatos é que eles permitem visualizar diferentes níveis ou aspectos do cotidiano daquela população: seus costumes, divertimentos, valores e, principalmente, conflitos e disputas pelos (e nos) espaços de lazer. Além disto, ao organizar metaforicamente o seu mundo, a memória prescreve regras de conduta, de ascensão e fixação social.

As fontes aqui trabalhadas, as memórias escritas e as matérias dos jornais que tratam das festas natalinas dos anos posteriores, dão pistas sobre como os diferentes moradores da cidade circulavam por ela e consumiam os seus espaços, delimitando-os e organizando-os conforme seus valores, criando novas práticas, elaborando sobre os mesmos, representações diversas.

A construção que os habitantes fazem da cidade a cada dia e que os memorialistas e historiadores têm a pretensão de recuperar, passa, necessariamente, pela elaboração de um senso de lugar (DARNTON, 1986). Este senso de lugar nada mais é do que encontrar e definir o seu lugar no mundo. É criar uma forma de dizer o mundo que se conhece ou conheceu. Cada pessoa que viveu aqueles momentos históricos tem a sua versão deles, ainda que mediada pelas versões de outras pessoas. Se apenas algumas delas se firmaram é porque, oriundas de um discurso que se pretende autorizado, simplesmente porque as pessoas estiveram lá, ganham visibilidade, credibilidade e ajudam a moldar uma memória que pode vir a se estabelecer como coletiva. “Literário ou não, o senso de lugar é fundamental para uma orientação geral das pessoas na vida. Encontrá-lo traduzido em palavras, em toda uma torrente de palavras...representa alcançar um elemento básico nas visões de mundo” (DARNTON, 1986. p. 143-144).

Por isto, torna-se tão importante a versão em palavras das memórias destas pessoas, pois elas mesmo repetindo um conjunto de lugares comuns, afirmam e negam, num mesmo movimento, um tempo e lugar que não existe mais, e que talvez nem tenha existido como é relatado no presente. Existe agora só nas memórias.

Por vezes, na construção de um discurso sobre qualquer evento da cidade alguns aspectos tidos como relevantes para determinado grupo social, podem não ser ou não aparecer como importantes para os demais setores da sociedade.

O caso de João e Estelita, após ser matéria por um ou dos dias nos poucos jornais de circulação efêmera¹⁵, deve ter caído no esquecimento. Possivelmente, não foi divulgado pelos jornaizinhos de festa nem se demorou como assunto fundamental nas conversas da “alta roda”. Circulou na forma de boatos aumentados entre os trabalhadores das barracas, infiltrou-

¹⁵ Sobre os jornais em Campina Grande ver ARAÚJO, Fátima – Paraíba: Imprensa e Vida: Jornalismo Impresso (1826-1986); 2ª edição; João Pessoa; Secretaria de Cultura da Paraíba, 1986. Além de um conjunto de crônicas de Cristino Pimentel onde ele rememora os antigos jornais que circularam em Campina Grande. Por ora resta esclarecer que somente a partir de 1957, com a criação do Diário da Borborema, é que a cidade passa a ter um jornal de circulação diária com uma periodicidade regular. Antes disto, vários foram os jornais que surgiram com esta pretensão, desaparecendo logo depois. O REBATE foi um dos mais duradouros, tendo passado por várias fases de desaparecimento temporário.

se pelas ruas da Mandchúria levado pelas bocas das prostitutas e boêmios que para lá seguiram naquela noite e, depois de algum tempo, caiu no esquecimento geral, pois além de ter sido considerado um crime “bárbaro” não mereceu figurar na memória coletiva dos campinenses por envolver apenas pessoas “infames”, “desprovidas de valores morais” que pudessem servir de exemplo a quem quer que fosse. Por ter rompido a harmonia da festa, aquelas duas criaturas mereciam não só a condenação pública, como também, a maior punição que uma coletividade pode infligir a um indivíduo: o esquecimento.

Os crimes passionais são tão importantes quanto à descrição das escolhas da rainha da festa, da criança mais graciosa ou do pavilhão mais enfeitado, pois ambos ajudam a montar uma trama descritiva dos divertimentos públicos em Campina Grande. No caso dos processos crime o que encanta é “a coesão das coisas ditas ali”. Apesar de os depoimentos parecerem contraditórios em si mesmos, na verdade eles trazem as várias possibilidades de contar uma história. Há uma tensão constante nos relatos. Há uma intensidade na forma de dizer ou não dizer algo. Escamotear, tergiversar, iludir a Justiça e a Polícia. Acusados e acusadores criam e recriam a história de fato acontecida. Como afirma Foucault, não se sabe “...se a intensidade que os percorre vem mais do fulgor das palavras ou da violência de que eles estão repletos”. As ações descritas neles “são exemplos que têm menos lições a serem meditadas, do que breves efeitos cuja força se desvanece quase imediatamente” (FOUCAULT, Michel. 1977. p.90).

Os memorialistas, os produtores dos jornaizinhos e o escrivão da Justiça, oferecem pontos de vistas diferentes da festa, embora se refiram a momentos diversos. Cada um deles usa as palavras para (re)construir uma realidade que vem perpassada por sua visão de mundo. O discurso jurídico policial, embora se pretenda cientificamente neutro, qualifica e define as condutas dos envolvidos a partir de um conjunto de valores que deveriam ser claros para todos. Um homem casado não deveria ter uma amante; esta amante não deveria relacionar-se com outros homens; um bom trabalhador não deveria andar armado, principalmente num dia de festa e entre as pessoas de bem. Embora tudo isto acontecesse na vida real, o discurso da justiça não aceita tais desrespeitos à lei e à ordem, preferindo prescrever outras normas de conduta.

O discurso memorialista, ao estabelecer uma versão que se pretende dignificadora do passado de sua classe social, tenta uniformizar os diferentes grupos sociais que freqüentavam a festa. A própria presença dos populares é tida e lida aí como uma parte importante da realidade, sem a qual o discurso de harmonia não pode se estabelecer.

No caso criminal aqui apresentado o discurso jurídico não se esmera em definir a que classe social pertencem os envolvidos. Isto aparece como algo já dado. Tanto o criminoso quanto à vítima e as testemunhas são pessoas do povo, pois “pessoas gradadas” não podiam ser - e nem foram - arroladas como testemunhas. Somente outras pessoas “infames” poderiam participar deste drama de miseráveis. Ao historiador restam algumas perguntas: Será que nenhuma pessoa da “alta sociedade” presenciou o crime? E se o fez, por que não foi chamada a depor?

Ambos os discursos, cada um a seu modo, tentam pôr uma ordem no mundo. “Cada frase expressa uma consciência estranha, tentando ordenar um mundo que não existe mais. Para penetrar nessa consciência, precisamos concentrar-nos mais nos modos de descrever do que nos objetos descritos” (DARNTON, 1986. p. 144).

A ilusão alimentada de que os discursos são neutros, possivelmente perpassava tanto os autores das memórias quanto o dos processos crime e dos jornais. Difícil é saber se ao descrever algo que estava presenciando, ou que apenas ouvira falar, tais autores se davam conta de que estavam deixando um relato para a posteridade. Isto exige que se pense sobre o autor da produção discursiva. Que valores o mesmo possuía, que normas de conduta defendia e mesmo de qual lugar social falava. Embora saibamos que cada um falava a partir de um ponto de vista interessado em ressaltar alguns aspectos e outros não, nossa tarefa não é descobrir qual o verdadeiro aspecto (da cidade em tal época), mas entender como nosso observador a observou” (Idem. p. 144). [grifos nossos].

Ao descrever os divertimentos públicos e as formas das pessoas estarem nas ruas é preciso muito mais do que um sobrevôo que permita apenas uma visão à vol d’oiseau (vista aérea). É necessário descobrir como as pessoas daquela época viviam, se colocar no seu lugar, caminhar com elas pelas ruas do passado e, se for preciso, entrar nos mais recônditos locais. E ainda, se for o caso, encontrar um de seus personagens mortos e suportar a incômoda sensação de impotência diante do fato de não poder reconstituir ou restituir uma vida única como a do sr. Antonio Silva de Menezes...

Natural de Pernambuco e conhecido nas rodas boêmias da cidade por Collier, trabalhava há vários meses no ‘Alfarrábio’, casa de pasto e venda de livros usados, localizada à rua Monsenhor Sales.

Ultimamente, Collier começou a demonstrar desejos de retornar à sua vida de embarcações, tanto assim que viajou para o Recife, onde infelizmente, não pôde realizar seu intento. Retornando a esta cidade, foi tomado de

profundo estado melancólico, o que muito surpreendeu seus companheiros de boêmia.

(...) Foi encontrado morto nos fundos de uma casa à rua 7 de Setembro, vizinho ao Armazém do Norte, vítima, ao que se supõe de um derrame cerebral.

Collier contava 38 anos de idade e era solteiro, desconhecendo-se a verdadeira causa de sua morte (DIÁRIO DA BORBOREMA. 19.01.1958. p.8).

Possivelmente, Collier também tinha sua visão da cidade. Visão esta que se perdeu para sempre com ele, mas que o pequeno drama de sua morte nos conta um pouco. Existiam boêmios na cidade; boêmios que se encontravam de vez em quando para contar suas amarguras ou fazer pilhérias sobre a vida alheia; alguns não eram da cidade, mas aqui eram bem tratados senão não conseguiriam emprego e não retornariam quando não fossem acolhidos em outros lugares; alguns queriam voltar para sua terra natal. Por que? Falta de emprego? Não. Um caso de amor mal resolvido? Talvez. Algum outro desencanto com a cidade? Quem sabe. Collier “infelizmente, não pode realizar seu intento”. Algumas pessoas moravam (como até hoje moram) nos fundos de uma casa e lá, às vezes, morrem, sem realizar seu sonho pessoal de consumir a cidade ou afrontar seu destino.

De volta ao passeio da rua da Matriz é preciso notar ainda que a participação dos populares nos divertimentos públicos não se dava apenas de maneira violenta ou disruptora. Todavia, é interessante perceber que é somente assim que ela aparece demonstrada, citada, nomeada nos jornais. Procurar captar indícios nas diferentes fontes como se dava esta participação é fundamental para entender os mecanismos de apropriação e representação dos lugares e dos momentos de lazer e diversão. Não que as versões que tratam diretamente dos populares sejam mais fiéis ou confiáveis do que as outras, mas elas nos ajudam a ouvir a polifonia dos discursos estabelecidos sobre um real possível.¹⁶

Na medida em que se elaboram discursos alguns pontos da cidade ou pessoas são incluídos ou excluídos de uma certa visibilidade. Este processo de exclusão e inclusão não estava apenas nos discursos, estava nas ruas, nas praças e nas festas. E mais do que isto, estava na mente dos homens.

Quando no início dos anos 50 os jornais começam a descrever a festa eles o fazem com o intuito de mostrar a função social que ela tem de irmanar os grupos sociais, mas, ao

¹⁶ Para os conceitos de apropriação e representação ver CHARTIER, Roger – op.cit. e para o de discurso polifônico ver GUINZBURG, Carlo – O queijo e os vermes – O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição; São Paulo; Companhia das Letras, 1987.

mesmo tempo, as formas como o “outro” é nomeado permite visualizar a exclusão de certos grupos. Para um dos jornais aqui trabalhados, a festa era:

Este empreendimento social que tem o fito de assegurar inda mais fortemente os liames de amizade do homem para com o próprio Homem, parece ser imprescindível nos acontecimentos humanos. A humanidade precisa de festa, etiquetas, etc, porque é movimenteira (sic). Aliás, é no movimento onde está a virtude da vida...devemos viver à nossa maneira, amar as mulheres e o vinho sobre todas as coisas...” (A LÍNGUA. 30.12.1950. nº 7. p.1).¹⁷

UM PASSEIO POR LAGOA DE ROÇA – PRAZER PARA ALÉM DO LAZER

Mas a festa que era vida, excluía de seu setor mais rico uma quantidade enorme de pessoas que só freqüentavam a área conhecida como Lagoa de Roça.

Por todo o decorrer dos anos 50 a mendicância parecia imperar no Centro de Campina Grande e os inúmeros pedidos de providências feitos pelos jornais locais pareciam inúteis. Em 1950, Dom Anselmo Pietrulla, pároco da cidade, pedia a ajuda dos moradores mais abastados no sentido de obter recursos “afim de que os mendigos não voltem às ruas da cidade, muitos dos quais atacados de doenças contagiosas, dormem ao relento, numa cena que muito compromete o conceito de Campina Grande” (O MOMENTO. 08.10.1950. p.5).

Já em 1958 era o Jornal Diário da Borborema que chamava a atenção para o fato de que “A rua Monsenhor Sales...parece se constituir mesmo o habitat de certos pobres, em sua maior parte mulheres carregadas de criancinhas, todas mal nutridas, sendo de lastimar a sua situação porque aquela terá de ser, se não sucumbir diante da fome, a geração de amanhã” (DIÁRIO DA BORBOREMA.14.02.1958. p.8).

Mendigos e pobres enfeivavam constantemente a cidade e eram incluídos em alguns discursos, excluídos de outros. Tais fronteiras e demarcações ganhavam força quando eram encenadas. Se no dia a dia elas estavam em todo lugar, nos momentos de divertimento públicos é que elas apareciam com maior realce.

Quando ocorria a quebra das barreiras sociais e mentais os dois lados sentiam-se atingidos. As pessoas das diferentes classes sociais teriam que “conhecer o seu lugar”, pois do contrário, tanto as barreiras físicas como os condicionamentos mentais explodiriam, sendo difícil prever os resultados desta inserção de um mundo noutra mundo que não estava

¹⁷ Órgão de Combate à Tristeza.

preparado para conviver com a diferença. Naquela noite de ano novo, parece que foi o que aconteceu com João e Estelita adentrando “o mundo perfeito” da descrição dos memorialistas. João ensandecido de ciúme e Estelita manchada de sangue, definitivamente não faziam parte da “ordem e da harmonia”. Eram desviantes, desajustados, que possivelmente não estavam ainda muito afeitos às modernizações implantadas em Campina naqueles progressistas anos 40.

Alguns jornais da época atribuíam o aumento da violência, das brigas e das desavenças ao fato de a cidade ter crescido muito, com a chegada de um grande contingente populacional a partir dos anos 40, vindo dos mais diferentes pontos do país e do estado. Para estes meios de comunicação eram estas pessoas, os forasteiros, os desconhecidos, os que não sabiam quais os padrões de comportamento aceitáveis e que não faziam parte das famílias locais, que causavam tais arruaças e desmandos, quebrando a provável placidez reinante na cidade.

A cidade assistiu nos últimos dias mais dois crimes de morte, que vieram pôr em sobressalto a população, fazendo sentir a todos a volta à intranquilidade que meses atrás foi provocada por uma onda de crimes praticados dentro das mais bárbaras circunstâncias”

“É de se esperar, no entanto, que a ação enérgica da polícia, como das vezes anteriores, ponha um paradeiro a onda de crimes que se prenuncia, como resultado, talvez, do aparecimento nesta cidade, de uma verdadeira malta de desordeiros, vindo de cidades e estados vizinhos, fato este acontecido à cerca de vinte dias”[grifos nossos]. (DIÁRIO DA BORBOREMA. 14.02.1958. p.8).¹⁸

Muitas vezes, porém, eram os próprios membros das elites que saíam da área “nobre” da festa para adentrar um conjunto de ruas adjacentes onde existia uma quantidade significativa de bares, cabarés e casas de pasto. Era a famosa Lagoa de Roça. Quando estes homens, rapazes e senhores da elite, desciam até lá era para encontrar prostitutas ou “mulheres de vida fácil”. Às vezes, dando-se uma volta em Lagoa de Roça, poder-se-ia encontrar mais vida do que no pátio da festa. Inúmeros rapazes da elite endinheirada e intelectual circulavam por lá. Um sujeito bebendo gin do brejo (cachaça) com uma moreninha sentada à perna; outro, se fazendo de inocente; outro gritando “sujeito!”; outro “roendo” por ter perdido um emprego dos bons e ainda um último, tão “santinho” conversando com uma

¹⁸ Os dois crimes a que o Jornal se refere tratam das mortes de Antonio Izidro, que havia sido morto numa emboscada e de Manoel Martins que tinha sido morto por seu próprio sobrinho João de Tal. Mais dois “homens infames” que não mereceriam ter seus nomes registrados para a história, somente nos boletins de ocorrência policiais.

“flor de carvão”¹⁹ em “colóquio a meia luz, por trás da Casa Branca da Serra” (O GILLETTE. 28.12.1952. p.6).

Naquele local, se reuniam todos os tipos de desviantes sociais: bêbados, poetas, boêmios, prostitutas, malandros, jogadores e demais desocupados que a festa “oficial” não conseguia ou não queria incorporar. Mas alguns não se incomodavam e até versejavam homenageando Lago de Roça. “Sou o célebre.../das negrinhas e das troças/namoro, conto anedotas/bebo em Lagoa de Roça” (A LÍNGUA. 30.12.1950. nº 7.)²⁰. Numa referência sempre pejorativa uns demonstram que preferem às “pretas” de Lagoa de Roça, do que as moças bem comportadas do Passeio da Floriano Peixoto. “Uns gostam de moça branca/cabelo louro, estirado/Eu só gosto dessas pretas/ de cabelinho enroscado” (O DETETIVE. 25.12.1951. nº 3).

Aquela área da cidade, permitia um outro tipo de sociabilidade aos membros das elites que não apenas aquela de ficar observando “centenas de elegantes moças trajadas com requintado luxo” e que davam ao ambiente da festa oficial “um cunho de apreciável distinção” (A LÍNGUA .25.12.1950. p.1). O ambiente de Lagoa de Roça, embora marcado também pelas músicas, danças e bebidas, era acrescido da possibilidade de sexo e de violência.

Eram barracas feitas de palha, onde serviam comidas e bebidas. Os freqüentadores eram, na maioria, boêmios e gente de menor nível econômico. Quando se via gente importante em Lagoa de Roça, era para o encontro de algum amor clandestino.” (MORAES, 1985. p.42).

Os dois espaços de festa, se encostavam, se mediam, se roçavam e, por vezes, se tocavam, se cruzando, se entrechocando, imiscuindo-se um no outro. Embora no outro dia ninguém fizesse referência a isto como algo importante. Se os membros de uma classe adentravam o espaço da outra era somente para marcar a sua diferença e afirmar a impossibilidade de ambas conviverem harmoniosamente no cotidiano da cidade.

Possivelmente, os olhos sempre atentos dos memorialistas, anteriormente citados nunca foram além das torres da Matriz. Por isto, seria pedir demais para que eles

¹⁹ Todas as vezes que os jornais de festa se referem às mulheres da área de Lagoa de Roça eles utilizam o epíteto pejorativo de “pretas” ou outros simulacros como: Loirinhas d’África; Navio Negreiro; Elementos d’África, como se todas as prostitutas fossem negras o que mostra a existência de um forte preconceito de cor, além do econômico.Ver especialmente: A LÍNGUA, 30.12.1950; 31.12.1951, além de outras referências a poetas e boêmios que “gostavam das pretas”, como em A TESOURA – 25.12.1944.

²⁰ Mais uma vez reforçando que lá só existiriam “pretas”.

reconstruísem através de imagens um mundo que nunca viram ou que apenas ouviram falar. Os dois mundos conviviam ali. Um bem vizinho ao outro. Contudo, era preciso ultrapassar os muros do “respeito” e do “preconceito” para adentrar a área designada como promíscua, suja, fétida, miserável e moralmente decadente, embora, às vezes mais “cheia de vida”.

A Igreja Matriz, que naquela época do ano se configurava no centro das festividades, era mais que uma construção arquitetônica. Era o umbral que separava o mundo do lazer permitido do mundo dos prazeres desregrados. Atravessar este limiar era cair na perdição pessoal e contribuir para a perdição coletiva.

Para além dela, entrando pela rua Bento Viana, virando à esquerda até alcançar a rua Dr. Antonio de Sá, chegava-se ao quadrilátero do prazer. Este quadrado era formado por esta rua, além da Marcílio Dias, ao Norte, a Cristóvão Colombo ao sul e, finalmente, a Manoel Pereira de Araújo à leste, nomeada como “rua proibida” (A LÍNGUA. 29.12.1950. nº 6).²¹

Vaguear por ali era caminhar para o pecado. Sair do paraíso, no qual reinava a ordem e a harmonia. Era cair direto nas mãos, nos braços e, quem sabe, nas pernas de Satanás, metamorfoseado em mundanas e barregãs. Era entregar-se à gula, à vaidade e aos excessos da carne, enfim, à luxúria. Ao ócio, um dos sete pecados capitais definidos pela Igreja católica, juntavam-se estes outros. Abandonar o paraíso era deixar os divertimentos sadios que se concentravam na grande avenida, que cortava o coração da cidade, para adentrar aquelas veias entupidas de barracas e bares infectos, nos quais pululavam pessoas do mais baixo calão. Aqueles homens e mulheres miseráveis e os que “se misturavam” com eles, mereceriam perder tal paraíso.

Naquela passagem de ano de 1944 para 1945, os membros das elites locais devem ter se perguntado quem era aquele João que ousara perturbar a festa que tão bem era organizada para seu deleite e, apenas “observação” do povo. Não. Não era possível que um “indivíduo desordeiro, cuja vizinhança diz(ia) abertamente ser um sujeito mau e (que) de vez em quando comete (ia) absurdos no local onde residia...”²² ficasse impune. A polícia e as demais autoridades deveriam zelar para que casos como aquele nunca mais ocorressem.

Muitas vezes os crimes e pequenos furtos ocorriam por causa da precariedade da iluminação elétrica. Nem sempre a luz proporcionada à festa era forte, mas havia anos excepcionais. Em 1950, por exemplo, a primeira noite da festa esteve muita animada, “não só

²¹ Este tipo de trocadilho era feito com nomes de filmes que já haviam sido apresentados em Campina Grande.

²² Ação Criminal nº 2353, 1945;p.2 – contra José Batista de Sousa. Anotações do Relatório do Delegado José de Souza Arruda, produzido em 08.01.1945.

pelos pavilhões, barraquinhas, bazares e ‘cachorros quentes’ a que os campinenses estavam acostumados, mas especialmente pela feérica iluminação que cintila(va) fartamente em todo o pátio”. Todavia, a mesma inovação que agradava a uns, era desagradável a outros, “causando...enorme constrangimento entre os casais de namorados” (A LÍNGUA. 25.12.1950. p.1)²³. Se a luz elétrica incomodava os namorados, ela era tida como algo muito benéfico para toda a cidade, dado o tempo que a mesma ficou sem a mesma. Assim sendo, os jornais de festa e não estavam muito interessados nas opiniões dos enamorados que só pensavam em “agir”. “Que se maldigam os namorados, mas este é um problema que não nos aflige mais sua solução, no pátio da festa, pelo menos, é uma realidade” (A LÍNGUA. 25.12.1950. p.1).

Os namorados estavam “com a gota de raiva” por não existir mais um “lugarzinho escuro para agente (sic) se virar”, porém, a luz servia também àqueles que ainda não tinham par, pois podiam apreciar melhor “o passeio da Marechal Floriano que estava sendo o melhor possível, (com) cada dona boa danada, desde as eleitas de Balzac até as do tipo 18x24 que a rapaziada batizou com a gíria ‘brotinho’. A coisa agora estava boa” (A ONÇA. 25.12.1950. p.1. n° 3).²⁴

Embora alguns jornais de festa fizessem trocadilhos infames sobre a mesma, afirmando que esta teria sido um fracasso, “noite após noite” outros apesar de reclamarem da “fraqueza” da mesma, contemporizavam afirmando que “talvez por cansaço das noitadas anteriores que muitas pessoas deixaram de vir ao footing, apesar da luz estar tão boa!” (A LÍNGUA. 30.12.1950. p.1)²⁵.

Não se pode negar, contudo, que no começo dos anos 50 a iluminação teve uma pequena melhora e talvez por ser o último ano da administração do sr. Elpídio de Almeida, a festa do ano de 1950 foi melhor servida de energia elétrica. Todavia, estes momentos de iluminação feérica eram raros, pois mesmo tendo a prefeitura adquirido entre 1947 e 1950 dois geradores de 900 hp e realizado outras melhorias na rede de distribuição (PAES, 1994. p.65), os jornais continuavam a comentar, com bastante insistência os percalços e a precariedade da luz.

²³ Apesar deste elogio à farta luz do ano de 1950, a carência de iluminação era tão grande que na edição do dia anterior, 24.12.1950, a LÍNGUA, tocava no assunto 13 vezes em apenas duas páginas.

²⁴ O jornal faz um trocadilho com a gente e agente, pois namorar no escuro era chamado de “agir”. Neste editorial em particular eles satirizam o cronista mais famoso da cidade, sr. Cristino Pimentel, imitando o seu estilo e linguajar.

²⁵ O jornal faz o trocadilho com mais um filme da época, enquanto O OIÃO –28.12.1950, pedia: “Toca o bonde pra frente, turma!” numa conclamação para que as pessoas voltassem a fazer o footing. Mas me parece que nos dias úteis ou de trabalho, o movimento caia muito e os jornais precisavam de notícias.

1950. Este foi o ano dos acontecimentos por excelência, neste final de meio século prestes a finir-se. Para começar houve luz. No dia da inauguração estava ótima, era de achar um alfinete no chão, mas agora, principalmente lá nos subúrbios, está de arrancar as unhas nos tocos. (A LÍNGUA. 31.12.1950. p.2)²⁶

O problema da iluminação era tão sério para o bom andamento ou fracasso da festa que, se no ano de 1950 os jornais rasgavam elogios ao prefeito que estava se despedindo, no ano seguinte, com a Prefeitura já sob nova administração, do Sr. Plínio Lemos, o problema voltava a incomodar. O novo prefeito, Sr. Plínio Lemos, teria se negado a colocar uma iluminação, causando pedidos e protestos contra a sua administração.

Sem a luz que o prefeito não deu porque não atendeu nossos apelos, a festa, dia-a-dia, ia perdendo aquele brilhantismo que a caracterizava, nas administrações anteriores. ...Pedimos, insistimos, rogamos, suplicamos, reivindicamos, requeremos, pleiteamos, melhor iluminação para o Largo da Matriz, mas o prefeito continuou insensível aos nossos apelos e a escuridão quase completa do pátio da festa provocou o natural receio de nossos pais de família que prenderam os brotos, ansiosos por um passeio. (Até as balzaqueanas também entraram no boicote aos festejos e as comemorações de fim de ano foram sacrificadas graças a um homem que poderia ter deixado nosso footing tão claro como seus cabelos brancos.” (O OIÃO. 31.12.1951. p.1. n° 8.)²⁷

Outro componente ou ingrediente que ajudava a animar a festa era a presença da banda de música municipal, Filarmônica Eptácio Pessoa, chamada carinhosamente pelo povo de “Sá Zefinha”. Quando ela não comparecia à área da festa, esta decaía muito em movimento, pois os alto-falantes espalhados pela avenida, produziam mais barulho do que música.

Quando a banda retomava o coreto, tocando todo tipo de música, a retreta podia ser prolongada o que permitia que algumas pessoas ficassem no pátio até altas horas da madrugada, provocando comentários maldosos dos jornaizinhos que alguns boêmios e balzaquianas teriam levado para casa “a chave da festa”.

²⁶Todavia há que se considerar o tom jocoso da informação, pois o objetivo do jornal era fazer rir. Nos dias anteriores 25.12.1950 o mesmo jornal havia noticiado que “todo o recinto se apresentava festivo e movimentado”, por causa da luz.

²⁷ Enquanto o sr. Elpídio de Almeida (1947-1951) encerrou seu mandato com farta iluminação, agradando os seus eleitores, o sr. Plínio Lemos (1951-1955) começou mal o seu relacionamento com os moradores, tirando-lhes algo que parecia tão importante que era o prazer da festa.

Nos dias em que o palanque onde tocava a banda de música começava a ser montado desde o início da manhã as pessoas se animavam mais e sabia-se que, sabia que aquela seria uma noite mais bela, animada e movimentada, do que aquelas que não contavam com a presença da Filarmônica²⁸. Como tentavam fazer piadas com tudo, os jornais de festa, mesmo requisitando a presença da estimada banda, não deixava de fustigá-la afirmando que:

É bem verdade que às vezes ela tocava valsa em ritmo de samba, frevo em ritmo de fox, polca com ritmo de samba estilizado, mas, com tudo isso ela sempre alegrou nossa festa! Sempre faltou luz, mas nunca a Sá Zefinha. Ela era das primeiras que chegava. (A ONÇA. 26.12.1950. p.1. n° 4.)²⁹

O passeio, como já frisamos anteriormente era o local de encontro de moças e rapazes. Elas, “lindas girls que de um modo divino iluminavam corações, muitas vezes em pandarecos, dos marmanjos que ficavam parados com olhos pidão” (O OIÃO. 30.12.1951. n° 7.) ou as “balzaquianas”, que eram o objeto de troça de todos os jornaizinhos. Segundo os jornais, as moças só freqüentavam a festa em busca de um bom casamento. Os rapazes, por sua vez, fugiam desta possibilidade como o diabo fugia da cruz. Tanto o casamento, como o adultério eram temas constantes das piadas dos jornais. Enquanto alguns indivíduos afirmavam que: “Casamento neste mundo/não admito, não quero/prefiro enganar as moças/com o mesmo lero-lero” e outros ainda comparavam o casamento com o ato (ruim) de pagar impostos, as moças apareciam como casadoiras constantes. E nos anos de guerra e pós-guerra os namorados preferenciais seriam os oficiais das forças armadas (A TESOURA. 27.12.1944. n° 4).³⁰

Apesar das moças, quase sempre serem apresentadas como namoradeiras, revanchistas e ciumentas, disputando o mesmo namorado, elas também surgiam como figuras “simpáticas e prendadas”, símbolos da “beleza e graça da mulher campinense”, numa generalização que, possivelmente excluía as “pretas”. Outras ainda eram tidas como “doces e encantadoras”, além de “santa, cândida e pura personificação da beleza, da ingenuidade e da graça e da

²⁸ A presença da Banda de Música era tão importante para os festejos que três Jornais que circularam no ano de 50 fazem referência a sua falta nos festejos. A ONÇA –26.12.1950; A LÍNGUA – 29.12.1950 e O OIÃO – 29.12.1950. Além destes circularam naquele ano VENENO e O BROTINHO, mas somente no dia 26.12,segundo nos informa A ONÇA. Infelizmente não tivemos acesso a este último Jornal. Embora nos anos 20 e 30 houvesse uma grande disputa entre a Epiácio Pessoa e a Charanga Afonso Campos, não encontramos nenhuma referência sobre esta segunda nos anos 40 ou 50.

²⁹ É interessante neste número que o primeiro parágrafo está publicado propositalmente de cabeça para baixo, para dizer que Sá Zefinha estava “de baixo”, precisando aparecer na festa. Dois dias depois ela reapareceu.

³⁰ Embora possa parecer forçosos imputar às moças o desejo de só se casar com oficiais das forças armadas, é possível que nos anos de guerra (39-45) e no imediato pós-guerra a preferência pelos membros das forças armadas tenha aumentado e muitos namoros possam ter começado na Noite dos Militares, uma vez que os poucos rapazes que foram à guerra eram muito admirados e exaltados pelos jornaizinhos de festa.

sedução”³¹. Talvez, estes valores não fossem tidos como obrigatórios pelas moças, mas eram desejados pelos rapazes e insuflados pelos jornais.

Contudo, as mesmas moças recatadas que eram alvo de tantos poemas lacrimosos e discursos eloqüentes de seus admiradores podiam receber versos escandalosos, numa explícita referência aos beijos hollywoodianos que já podiam ser vistos nas telas de um dos sete cinemas da cidade, versos do tipo: “Colei minha boca à tua/colaste tua boca na minha/deu uma coisa tão certa/ que só faça em bainha” (A METRALHA. 25.12.1944. p.4)³².

Apesar do gosto duvidoso dos versos anteriormente citados, pode-se perceber que o desejo que as moças despertavam nos homens nem sempre eram tão pueris como poderiam parecer à primeira vista. Embora, é claro, sempre pudessem ser encontrados alguns poetas bem intencionados, que não pensavam só em beijos escandalosos, preferindo idealizar o romance à distância: “Ontem, no baile. Olhaste-me furtivamente. Entretanto, aquele frio olhar, dar-me-á doravante, aquecimento e paz.”(A LÍNGUA. 25.12.1950. p.1) Ou ainda “Fulano de Tal convida a senhorita a enviar-lhe um olhar. Pelo Correio, é claro, pois o rapaz é tímido.”(VENENO. 31.12.1950. p.2)

AS MULHERES ADENTRAM O ESPAÇO DA FESTA

Brotinhos e Balzaquianas disputavam espaço no pátio da festa e, bem ou mal eram observadas pelos homens e embora esse “problema” da idade (acima dos 30 anos) parecesse incomodar alguns deles, parecia haver espaço para todas em seus “corações despedaçados”.

Valia a pena parar em pleno passeio e ficar olhando o desfile das garotas. Ali passava o “brotinho” toda faceira, toda risonha, tal e qual um lindo botão de rosa exalando fragrância por todo o pátio. Aqui uma “eleita de Balzac” sem deixar transparecer um indício qualquer de tristeza pelo “despetalar seqüente da rosa da sua mocidade”. Passa a balzaqueana, deixando escapar um sorriso esperançoso e fazendo o possível para se rivalizar com os privilegiados brotinhos. Num juízo de valor globalizante um certo jornal de festa afirmava “As mulheres são assim...sempre escondendo a idade. E vejam que nisto se constitui sua grande virtude...”³³

³¹ Ver A METRALHA – 25,27 e 28 12.1944; respectivamente, sempre primeira página.

³² A quadra era assinada sob pseudônimo de Dante para Barrão 70, o que nos impede de saber a quem se referia, mas acreditamos que se dirigia a uma das moças que circulavam pela festa.

³³ Este parágrafo se baseia na descrição do editorial de O OIÃO – 30.12.1950;p.1 – Ano V – nº 8.

As moças brancas, jovens, diáfanas, santas, simpáticas e educadas, talvez até tivessem vontade de entrar nos carros dos rapazes para ir dar um passeio no campo de aviação³⁴, mas teriam medo de confessar, preferindo ficar zanzando pela área da festa. Mas para isto os encantos que a Natureza lhes deu, podiam não ser suficientes. Era quando entrava em cena todo um arsenal de produtos que ajudavam a realçar seus atributos naturais ou revelar a beleza que esteve sempre ali escondida, mas que algumas delas não notavam.

Mas as novenas que se desenrolavam entre o Natal e o Ano Novo não congregavam apenas as elites e o “populacho” da cidade, nem moças belas, jovens e balzaquianas. Inúmeros “matutos” vinham deliciar os sentidos com as belezas da festa. Encher os olhos com as luzes elétricas que ainda eram raras nos distritos e municípios vizinhos e mesmo nos bairros mais distantes do centro; o olfato com os perfumes franceses das moças de “nossa melhor sociedade” ou mesmo das “horizontais” (prostitutas) que teimavam em desfilar pelo lado esquerdo da rua; os ouvidos com o som dos dobrados tocados pelas bandas de música e o paladar com as iguarias que pudessem consumir nas barracas e bazares montados do lado oposto aos da igreja.

Possivelmente, a família do sr. João Correia Filho, que morava nas proximidades da vila de Ipuarana, foi uma destas que veio passear em Campina Grande no último dia de festa. Um ano depois do caso de Estelita e João, na noite de 31 de dezembro de 1945, ao retornar para casa encontrou-a destelhada, pelos indivíduos Moisés Alves Monteiro e Luis da Rocha Anacleto, que tencionavam roubar algum dinheiro. Dos dois acusados somente Moisés foi capturado e condenado a seis anos de prisão, tendo depois sua pena sido reduzida em um terço (para quatro anos) mais uma multa de vinte cruzeiros em selos penitenciários. Já Luis da Rocha Anacleto, não se sabe se a revelia ou não, foi julgado e absolvido em 28 de março de 1946, por falta de provas contundentes sobre a sua participação no delito³⁵. Como se pode depreender deste caso os larápios não descansavam nem nas festividades natalinas.

As pessoas mais simples eram atraídas para as festividades de Ano Bom em Campina Grande por causa da fama de cidade próspera que a mesma firmou, principalmente a partir daqueles anos 40. Todos queriam ver de perto quanta riqueza havia sido concentrada na cidade e a sua burguesia, que fazia questão de apresentar-se como digna e única representante

³⁴ Numa piada visual publicada no VENENO de 31.12.1950;p.1 – uma moça, talvez já sabendo das más intenções do rapaz, diz-lhe que não entraria no seu carro, pois ele era do “tipo campo de aviação”. Sobre o interesse das moças e rapazes por carros voltaremos a falar mais adiante.

³⁵ Processo Crime nº 2519, 1946 – contra Moisés Alves Monteiro e Luis da Rocha Anacleto.

deste fausto. O “povo”, para ela, era apenas complemento, adorno decorativo para o seu desfile de modos e modas.

Outras memórias construídas em torno das festas demonstram uma grande saudade das mesmas, mas mediatizadas por um entendimento que diversão e trabalho eram coisas que se excluía e que nas décadas aqui revisitadas certas pessoas tinham muito claramente estes limites. “Não vou querer estar com tanto antigamente, antigamente, mas existiam as quatro festas do ano...agora tem festa todo dia...tende a haver uma saturação...”³⁶

As festas religiosas, muitas vezes não eram entendidas como diversão, pois traziam consigo o lado litúrgico que as deflagrava e, portanto, eram um lazer permitido. Mesmo quando vistas como um aspecto da recreação são citadas como algo esporádico que serviam apenas para juntar os jovens em torno de “suas barraquinhas com músicas, brincadeiras de pavilhão...ou então as procissões e grandes aglomerações, como a festa final da Campanha das Missões”³⁷

As “quatro festas do ano” a que a depoente se refere era a seqüência de divertimentos que os grupos dominantes nomeavam como aceitável. Uma espécie de calendário oficial que era compartilhado por todos, mas definido apenas por alguns membros da sociedade. Basicamente, este calendário se constituía das festas de Natal e Ano Bom; Carnaval; Semana Santa, com toda sua liturgia e procissões e, em setembro e outubro, os desfiles cívico-patrióticos do Dia da Independência e do Aniversário da Cidade. Fora isto, havia esporadicamente os comícios, quando das campanhas eleitorais e aglomerações populares quando da inauguração de alguma obra pela Prefeitura ou a chegada de uma figura política de destaque como Getúlio Vargas ou Juscelino Kubitschek, que estiveram em Campina Grande nos anos 50.³⁸

As descrições da cidade no início dos 50 dão conta de uma cidade sempre moderna e progressista, que não podia compactuar ou mesmo suportar os problemas de uma pequena província. No entender de alguns autores da época, Campina já havia superado o seu aspecto provinciano para tornar-se uma metrópole do tipo das existentes na América do Norte.

³⁶ Depoimento do Sr. José Tavares, representante comercial, 70 anos, concedido ao autor no dia 04.09.2000. O entrevistado se refere, sobretudo, aos inúmeros “carnavais fora de época” que se generalizaram no Brasil nos últimos anos, numa descaracterização do que para ele seria o verdadeiro Carnaval.

³⁷ Campina Grande – Um centro comercial do Nordeste – Publicação do SESC – 1964. p.49.

³⁸ Ver capítulo 3 – Sobre a política e as festas.

Cidade posta em cima de uma serra, vendo o céu mais perto e as estrelas mais luminosas...As atividades humanas, que elastece e fatigam os músculos, as que despertam e inquietam os cérebros, computadas nestes 60 mil habitantes da Chicago paraibana, surgem-nos, impressionante e magnificamente. Nas oficinas movimentam-se operários, em labor consciente e produtivo. Nos escritórios e estabelecimentos bancários, escrituram-se volumosos livros de contas correntes, ouvindo-se o grilante ruído das máquinas...

Automóveis e caminhões, às centenas, bebendo, em média mil latas de gasolina diariamente, transportam internamente, pessoas e mercadorias e, o que mais empolga é a condução das necessidades das populações sertanejas deste e de vários Estados da Federação, habituados à compra, neste imenso balcão do alimento que sustenta o organismo, do vestuário que ampara e moraliza o homem, dos distintivos de luxo e das vaidades individuais.

Campina Grande! (O autor exulta, proclama o nome da cidade bem amada.)

Segundo empório algodoeiro do mundo. A prefeitura com receita que ultrapassa as de duas capitais reunidas – João Pessoa e Natal. Os cofres da União e do Estado com respeitável arrecadação. Ruas, avenidas e praças moderníssimas. O Grande Hotel, pela imponência de suas linhas arquitetônicas, dando-nos a impressão de que não se ostenta em cidade do interior nordestino, em vista de muitas capitais brasileiras não o terem. Os edifícios da Prefeitura, dos Rodoviários (sic), do Banco do Povo e do Banco do Comércio. (Procurar fotos da época destes prédios, pois só as tenho atuais)

Campina Grande! (Suspira o autor)

O mais perfeito abastecimento d'água e esgoto. A instalação telefônica. São Vicente de Paula (possivelmente fala do orfanato) e o Posto de Puericultura (O MOMENTO. 17.09.1950. p.5).³⁹

Tudo isto encantaria os olhos, narizes e ouvidos dos visitantes e seria espalhado pelos quatro cantos do mundo por suas bocas e mãos em gestos largos e bondosos para com a cidade que os recebera tão bem. Enfim, todos os seus sentidos seriam saciados de imagens e sensações gostosas, afáveis, memoráveis que deveriam ser repetidas ad infinitum. Eram assim as descrições de Campina Grande no início dos anos 50. Mas será que só de beleza vivia esta cidade? Será que outros grupos sociais que não as elites circulavam por ela e a percebiam da mesma forma?

Os mendigos e pobres pareciam estar por todos os lugares, isto desde os anos 40 até o final dos anos 50. A mesma riqueza que construía os armazéns de algodão, o ininterrupto ir e vir de caminhões carregados de mercadorias, o trem que transportava objetos e pessoas é a mesma riqueza que gerava uma quantidade imensurável de pobres e desvalidos que perambulavam pelas ruas, em busca de um lugar naquele mundo de fausto e beleza.

³⁹ Coluna: Campina Grande, escrita por Antonio Mangabeira.

A rua Monsenhor Sales,...parece constituir mesmo o habitat de certos pobres, em sua maior parte, mulheres carregadas de criancinhas, todas mal nutridas, sendo de lastimar a sua situação porque aquela terá de ser senão sucumbir diante da fome a geração de amanhã. (DIÁRIO DA BORBOREMA. 14.02.1958. p.8)

Também os loucos perambulavam por estas ruas centrais, às vezes aparentando estado de constante embriaguês. Este parecia ser o caso de Jaime, que foi preso quando andavam pela rua João André, portando-se de maneira “inconveniente, com palavrões e gestos obscenos dirigidos aos transeuntes” (DIÁRIO DA BORBOREMA. 29.01.1958. p.4). Jaime foi conduzido ao xadrez e não ao hospital. Diante de tanta beleza e opulência que a cidade dizia ostentar, Jaime não poderia aproveitá-la, pois não se portava de modo conveniente. Havia saído do mundo da racionalidade e produtividade para cair no mundo dos devaneios e obscenidades. Não era mais produtivo, não era mais portador da capacidade de dizer a cidade e de falar sobre suas belezas. Era uma nota destoante dentro de um contexto de modernização.

As ruas de Campina Grande, alargadas e desobstruídas desde 1945, no final da administração Vergniaud Wanderley, eram agora a passarela por onde a cidade desfilava. Era nelas que tudo acontecia. Entre o final dos anos 40 e início dos 50 os lugares de lazer a céu aberto haviam se ampliado para além da Maciel Pinheiro, com os footings das mocinhas casadoiras e dos jovens playboys com brilhantina nos cabelos e vestidos à diagonal, com sapato bico fino, chapéu Ramezzonni e perfumados com Lavanda de Atkinsons.

Para completar as reformas de Vergniaud Wanderley, iniciadas em 1942, bastava apenas derrubar o velho prédio dos Correios e Telégrafos que insistia em se colocar no caminho da rua Marquês do Herval, atrapalhando a circulação dos transeuntes apressados que se dirigiam pela rua Irineu Joffily para os armazéns de algodão e para a estação ferroviária.

Num telegrama do prefeito Elpídio de Almeida, enviado no início dos anos 50 ao diretor geral dos Correios e Telégrafos, o chefe da edilidade afirmava que o antigo prédio “precisava ser demolido porque afeiava o centro da cidade, obstruindo o trânsito em local de grande movimento” (O REBATE. 14.11.1950. p.2). Além disto, o novo prédio, em estilo art-decô, já havia sido construído para abrigar a nova sede dos Correios, estando localizado a poucos metros do antigo, o que, possivelmente causava um profundo contraste e até mesmo constrangimento aos defensores da modernização de Campina a qualquer custo.

O jornal O REBATE, tomando para si o papel de porta-voz da população, tornava de todos os moradores da cidade um desejo que talvez fosse apenas de seus redatores ou de alguns membros das elites.

Assim, pode tranquilizar-se a população da cidade. Logo que seja conferida a necessária autorização, o prefeito Elpídio de Almeida, imediatamente iniciará a demolição do velho prédio, fato auspiciosamente desejado por todos os habitantes de Campina Grande. (O REBATE. 14.11.1950. p.2) [grifos nossos]

O novo prédio dos Correios foi inaugurado em 09.07.1950. Portanto, dois meses depois o velho casarão que havia abrigado os serviços postais desde épocas remotas ainda estava lá a mostrar as origens coloniais da cidade. O que, possivelmente, envergonhava aqueles que se pretendiam modernos.

No começo de uma nova década tudo deveria ser moderno, chic, smart, pois era assim que o cinema mostrava as grandes metrópoles americanas. Campina não podia ficar para trás. Reformas eram constantemente exigidas.

A Praça Epitácio Pessoa, que ficava no final da rua Maciel Pinheiro, não existia mais, derrubada que foi pelas reformas do Prefeito Vergniaud Wanderley (1940-1945), alterando assim o trajeto do passeio das moças que agora ia da Livraria Pedrosa em direção à Praça Clementino Procópio. Esta praça, por sua vez, construída já há alguns anos, teve incorporado, nos anos 50, melhoramentos que permitiam um passeio mais agradável e maior visibilidade aqueles que quisessem “flertar” ou mesmo uma maior vigilância sobre aqueles casais mais ousados que antes “agiam na Praça”.

Enquanto não se inaugura a chamada Praça da fonte luminosa e sua respectiva iluminação, os namorados indecorosos continuam ‘agindo’ na velha Praça Clementino Procópio, onde as cenas de ‘democracia do amor’ são praticadas abertamente, num flagrante desrespeito às famílias e sob a protetora fiscalização da polícia. (O MOMENTO. 24.09.1950. p.5)⁴⁰

No domingo 24 de setembro de 1950, inaugurou-se a fonte luminosa, além do abrigo público para a espera de ônibus. As alterações introduzidas na Praça foram projetadas pelo arquiteto francês George Munier (Mounier) e executadas sob a direção do engenheiro Austro

⁴⁰ No mesmo dia em que o Jornal denunciava estas práticas de “democracia do amor”, logo mais a tarde o prefeito inauguraria a Praça e sua nova iluminação para que as famílias honestas pudessem passear por ela, sem se chocar com a ação dos namorados “indecorosos”

de França Costa, diretor de obras públicas municipais.⁴¹ Além da fonte e do abrigo, estava sendo demolido o Pavilhão existente no centro da Praça, a fim de ser construído no lugar do mesmo um “moderno aquário ornamental.” Estas inovações efetuadas no início dos anos 50 pretendiam, mais uma vez, apresentar Campina Grande aos visitantes como uma cidade moderna, desenvolvida, progressista e, portanto, portadora de lugares a céu aberto para o divertimento de sua população, principalmente os setores mais abastados.

Todavia, vez por outros a Praça da Fonte Luminosa era “invasa” por pessoas para as quais ela não fora projetada. Numa quadrinha publicada, no Jornal A LÍNGUA de dezembro de 1950, temos uma descrição do tipo de pessoa que aparecia por lá:

Pelo lindo aquariosinho (sic)
 que junto da fonte está
 pelo povo que é faminto
 que aos domingos vai pra lá
 pelas cores lá da fonte
 da flor do maracujá...(A LÍNGUA. 29.12.1950. n° 6. p.3)⁴²

A preocupação com os ares modernos que Campina Grande tinha adquirido desde o final dos anos 40 era tanta, que os jornais chegavam a propor a criação de um Departamento ou Comissão de Censura à estética da cidade, visando evitar

Essa enorme quantidade de letreiros e taboetas (sic) eivadas de erros de português, como se fôssemos uma terra de gente analfabeta, numa frisante negativa à posição em que está situada a Paraíba no plano educacional do país, colocada nas estatísticas federais em 3º lugar. (O MOMENTO. 30.09.1950. p.2)⁴³

Desta forma, Campina não demonstraria seus ares provincianos e se inseriria num mundo desenvolvido que se descortinava naquele início de década.

Outros aspectos, porém, denunciavam a permanência de práticas provincianas na cidade. Falar da vida alheia parecia ser o esporte favorito de uma parcela de moradores da cidade. Principalmente daqueles que, por desocupação ou por distração se reuniam nas praças, bares e sorveterias, para travar “dois dedinho de prosa”, antes de ir para casa, depois do

⁴¹ Jornal O MOMENTO – 30.09.1950;p.2 e 29.10.1950;p.2 – grifos nossos.

⁴² PARODIANDO.

⁴³ Coluna: Isto Acontece em Campina Grande.

trabalho. Ainda em 1950, o Jornal O MOMENTO denunciava, em tom irônico, colocando em xeque a sua própria função enquanto órgão informativo, a existência de uma “tesoura social” que dava conta de tudo o que se passava na cidade, desde o cenário da sociedade até os recessos mais íntimos do lar.

Este público falador funcionava como uma espécie de gazeta que registrava e denunciava os acontecimentos, analisava uns e vaticinava outros, imprimindo-lhes cores que, às vezes, apavorava as pessoas. Como um delicado instrumento das moças costureiras, a tesoura, que cortava as sedas, os voilles, as casemiras e outras fazendas, “essa tesoura social ‘cortava’ a pele de todos que perambulavam pela cidade sob o peso dos seus múltiplos pecados sem poupar pessoa alguma, em tudo metendo o bestunto”.

Deste modo sabe-se o Manoel quantas calças tem, quantos palitós (sic); quantos chapéus possui o Alfredo, quanto deve no estabelecimento do Severino; o que come e o que bebe o pobre Jeremias; O Joca quantas namoradas arranhou no Parque Changai, com qual delas vai casar, o dia do casamento, o figurino do vestido da noiva, o estilo de cama, se o colchão é de mola, se tem cortinado, a comodidade dos aposentos da casa onde irá residir, enfim, tudo conhece e advinha...

Era esta tesoura social quem fazia “o namoro com todas as suas variações, o casamento, marcava o dia, desmanchava muitos amores fiéis, atestava a conduta de tal rapaz e a santidade de tal moça, quem difamava e caluniava damas honestas, quem sabia quantos namorados tem a Pafunia, os beijos e abraços que a moça nunca trocou com Policarpo e é... quem reconhece, afinal, os bons e maus intuitos dos indivíduos, os diversos planos de qualquer cidadão e quem denuncia a deus e ao diabo com jeito que lhe é peculiar...É um público assombroso. Arrasador e mexeriqueiro. Um público que fala. Que só sabe falar. Um público desse é que diz que em Campina Grande não se fará nunca um jornal diário – Deus que me perdoe (O MOMENTO. 24.09.1950).⁴⁴

Com um público desses, quem é que precisava de um jornal diário? Mas os jornais, com seus articulistas e cronistas existiam e faziam o possível para apresentar as ruas e praças como locais de tranquilos passeios e recatados namoros. Contudo, vez por outra surgiam tensões quando da apropriação dos espaços de passagem e de lazer.

Talvez por não encontrarem lugar para as suas peripécias automotivas, jovens abastados da cidade transformavam as ruas em pistas de corridas. “A disparada louca que

⁴⁴ A coluna Claro-Escuro, escrita por J.Guimarães. Costumes do Nosso Povo. Na verdade, embora tenham existido jornais com pretensões de Diário, somente em outubro de 1957 é lançado o Diário da Borborema com uma periodicidade e regularidade de um diário. Portanto, apesar de existirem O MOMENTO; O REBATE; A FORMAÇÃO (órgão estudantil); não se pode dizer que Campina tivesse um jornal diário, pois a distribuição destes era muito irregular.

alguns motoristas imprimiam aos seus veículos nas principais artérias da cidade” era quase sempre motivo de queixas, pois alguns jornalistas e moradores entendiam que “as ruas não eram pistas de corrida” (O MOMENTO. 29.10.1950. p.2).

Trata-se de um abuso alarmante de alguns proprietários de automóveis, transformando nossas principais artérias em pista de corrida. São rapazes da alta sociedade que assim procedem, afilhados confiantes na complacência das autoridades competentes.

(...) Ainda há pouco um confrade que teve a coragem de denunciar esta verdade, foi escolhido vítima da brincadeira, pouco interessante desses mocinhos endinheirados, que não sabem respeitar as liberdades individuais dos cidadãos de responsabilidade (O MOMENTO. 12.11.1950. p.2).⁴⁵

As ruas, avenidas e praças eram espaços de circulação, de congregar, mas também de disputas. Tais disputas se davam entre pessoas e carros, carros e lambretas, carregadores e esmoleres, prostitutas e senhoras da alta sociedade. Como bem já salientou SOUSA (2001. cap. 3.), o mundo do trabalho tocava o mundo do lazer. Os trabalhadores que circulavam pela cidade como vendedores de pães, carregadores, motoristas, pipoqueiros, vendedores de doces e guloseimas para as crianças, não se prendiam ao mundo regulado da fábrica. Andavam, circulavam e se divertiam nas ruas, mesmo sem uma prévia autorização para isto. A luta cotidiana pelo ganha pão, podia ser interrompida por uma pilhéria, uma brincadeira, uma assuada contra algum poderoso ou contra um louco, transviado que resolvesse passar pelos locais de trabalho ou mesmo de estudo.

Cada grupo social entendia e estendia os espaços construídos nas décadas anteriores como algo já dado e que, portanto, precisava apenas ser consumido. As formas como se davam esta apropriação é que diferenciava e demarcava a ação de cada grupo.

As ruas, praças e avenidas, apesar de serem espaços em si, só ganham status de território quando por elas transitam, param e agem as pessoas. Através das práticas afetivas que cada um desenvolve com o espaço cria-se um território, um lugar no mundo, uma forma de estar no mundo. Os territórios são lugares da subjetividade⁴⁶. Assim como as elites endinheiradas e letradas construía uma sociabilidade nas calçadas em frente à Sorveteria Flórida, os populares também construía as suas pelos bares e cabarés da Feira e das

⁴⁵ Talvez o confrade citado nesta matéria seja o mesmo que denunciou os rapazes quinze dias antes nas mesmas páginas d'O MOMENTO.

⁴⁶ Agradeço esta discussão sobre territórios e lugares ao colega Fábio Gutemberg R.B de Sousa que, em sua tese de doutorado, amplia profundamente os conceitos trabalhados por ROLNIK, 1992. p.11-26 e SOUZA, Fábio G.R.B, 2001. p.173.

Boninas. Tanto uns, quanto outros circulavam pelos lugares, procurando demarcá-los, mas sobretudo, possuí-los.

Estas sociabilidades múltiplas se misturarão em certos momentos e se distanciarão em outros, formando a trama de diversões na cidade. Cada lugar pode ser percebido, sentido e vivenciado pelas pessoas de formas diferentes. Dois estudos da década de 90 sobre cidades, apontam para esta junção entre o espaço e as práticas que os indivíduos desenvolvem neles. ARRAIS (1995), estudando o Recife dos anos 10, afirma que “as práticas que os indivíduos efetivam são consorciadas com o espaço urbano” (ARRAIS, 1995) enquanto ROLNIK (1992) argumenta que:

As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular...

Estas seriam relações puramente funcionais só que a cidade não é isso, ou não é só isso. Para além delas existe todo um processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar aonde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que o seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve (ROLNIK, Raquel, 1992. p.28).

O conjunto de práticas sociais, políticas e culturais dos moradores é que definem e estruturam os territórios. São nestes territórios que as pessoas constroem suas identidades e relações solidariedade e afetividade, mas também suas tensões e conflitos (SOUSA, Fábio G.R.B de, 2001. p.174).

Os espaços, transformados em territórios, passam a possuir códigos cambiantes que não se encontram apenas em lugares fixos e físicos e sim, nas formas que os comportamentos urbanos se apresentam. Assim, há um sentido social mais profundo para cada um dos espaços coletivamente construído. E estes sentidos podem ser de lazer, prazer ou dor, dependendo de como cada um consome a cidade.

REFERÊNCIAS

Depoimento

TAVARES, José. Entrevistador: Antonio Clarindo Barbosa de Souza. Campina Grande, 2000.

Periódicos

A LÍNGUA. Campina Grande: [s.e] 1950-1951.

A METRALHA. Campina Grande: [s.e] 1944. (Ano II).

A ONÇA. Campina Grande: [s.e] 1950. (Ano II).

A TESOURA. Campina Grande: [s.e] 1944. (Ano III).

DESIGN: Revista Informativa. Campina Grande, Outubro. 1995; 1997.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande: [s.e] 1958.

O DETETIVE. Campina Grande: [s.e] 1951. (Ano I).

O GILLETTE. Campina Grande: [s.e] 1952.

O MOMENTO. Campina Grande: [s.e] 1950.

O OIÃO. Campina Grande: [s.e] 1950-1951.

O REBATE. Campina Grande: [s.e] 1950.

VENENO. Campina Grande: [s.e] 1944; 1950.

Processos

PARAÍBA. Ação Criminal. nº 2519, 1946 (contra Moisés Alves Monteiro e Luis da Rocha Anacleto - Maço 06.01 a 26.07.1946)

PARAÍBA. Ação Criminal. nº 2353, 1945. (contra José Batista de Sousa - Maço 15.01 a 18.04.1945)

Bibliografia

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, Imprensa e Vida: Jornalismo Impresso (1826-1986)*. 2. ed. João Pessoa: Secretaria de Cultura da Paraíba, 1986.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, Cultura, Conflitos e Identidades: A participação das camadas urbanas na Campanha Salvacionista de 1911*. Dissertação (Mestrado em História). UFPE: Recife, 1995.

CAMPINA GRANDE. Um centro comercial do Nordeste. Campina Grande: SESC, 1964.

DARNTON, Robert. Um burguês organiza seu mundo: A cidade como texto. In:_____. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In:_____. *O que é um autor*. 1977.

GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MORAES, Antonio Pereira de. *Vi, ouvi, senti: Crônicas da vida campinense e outras narrativas*. [s/e]. Campina Grande, 1985.

PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. *Do Azeite de Mamona à Eletricidade: Anotações para uma história da Energia Elétrica na Paraíba*. 2. ed. Ed. Rivaisa: João Pessoa, 1994.

ROLNIK, Raquel. História Urbana: História na Cidade? In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A de F. (org.). *Cidade e História*. UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo ANPUR: Salvador, 1992.

SOUSA, Fábio Gutemberg R.B de. *Cartografias e Imagens da cidade de Campina Grande (1920-1945)*. Tese (Doutorado em História). Unicamp: Campinas, 2001.